

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NO FINAL DE 2020 INDICA QUE PAÍS DEVE CRESCER EM 2021

Avanço da pandemia

As economias mundial e brasileira foram fortemente afetadas pela pandemia que assola o mundo desde o início de 2020. Quando o último Boletim de Conjuntura da CNS foi publicado em dezembro do ano passado, o mundo contabilizava 73,6 milhões e o Brasil contava com quase 7 milhões de casos confirmados, o que equivalia a 9,5% do total mundial. Passados quase cinco meses, em 11 de maio de 2021, o número de casos confirmados se aproximava de 160 milhões em todo o mundo e 15,3 milhões no Brasil.

Atualmente, o Brasil concentra a terceira maior população de pessoas contaminadas com o coronavírus no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia, que ultrapassou o Brasil nos últimos seis meses. Como dito em outras oportunidades, a posição relativamente ruim do nosso país é resultado da falta de coordenação das políticas de saúde, da carência de infraestrutura (saneamento, em especial) e de fatores culturais, sociais e políticos que levaram ao relaxamento das medidas de prevenção e à desinformação, com a não adesão por parte de uma parcela relativamente grande da população ao distanciamento social e ao uso de máscaras.

Ainda sem definição mundial sobre o potencial efetivo de vacinação em 2021, com o agravante de disputas indevidas em torno do tema no caso brasileiro, a piora do quadro sanitário observada nos últimos meses preocupa. A esperada segunda onda de contaminação ocorreu de forma bastante intensa nos países do hemisfério norte e pegou o Brasil em cheio no início de 2021.

O aumento dos casos no último semestre de 2020 se deveu ao relaxamento das medidas de afastamento para salvaguardar um mínimo de atividades de turismo durante o verão no hemisfério norte. Também houve a retomada de atividades escolares, reabertura de centros comerciais e redução das barreiras sanitárias internacionais. Houve relaxamento no comportamento preventivo, principalmente dos jovens. No Brasil, esse movimento se deu mais tarde, na virada de 2020, mas teve consequências semelhantes.

O ritmo de contágio se elevou e alcançou níveis extremamente altos em países como França e Itália ainda em meados de 2020. O gráfico mostra o número crescente de mortes por milhão de pessoas nos Estados Unidos, Brasil, União Europeia e Índia. Vê-se que os países europeus adotaram políticas rígidas de lockdown logo no início da crise sanitária e reduziram os níveis de mortes por milhão de habitantes para patamares bem reduzidos antes do início do verão. Os Estados Unidos tiveram dinâmica semelhante, mas com uma distinção fundamental: houve aumentos sistemáticos dos patamares de contágio em razão do espalhamento da doença para regiões que não haviam sofrido a crise nos primeiros meses, o que manteve o patamar de mortes elevado ao longo de praticamente todo o ano de 2020. Enquanto as taxas caíam em Nova Iorque e na Califórnia, por exemplo, cresciam no meio oeste e no sul dos Estados Unidos.

O avanço do vírus seguiu esse padrão de espalhamento, só que, no caso do Brasil, as taxas caíram nas capitais e explodiram nas cidades do interior. A taxa de mortalidade se elevou e permaneceu em patamar elevado desde maio de 2020.

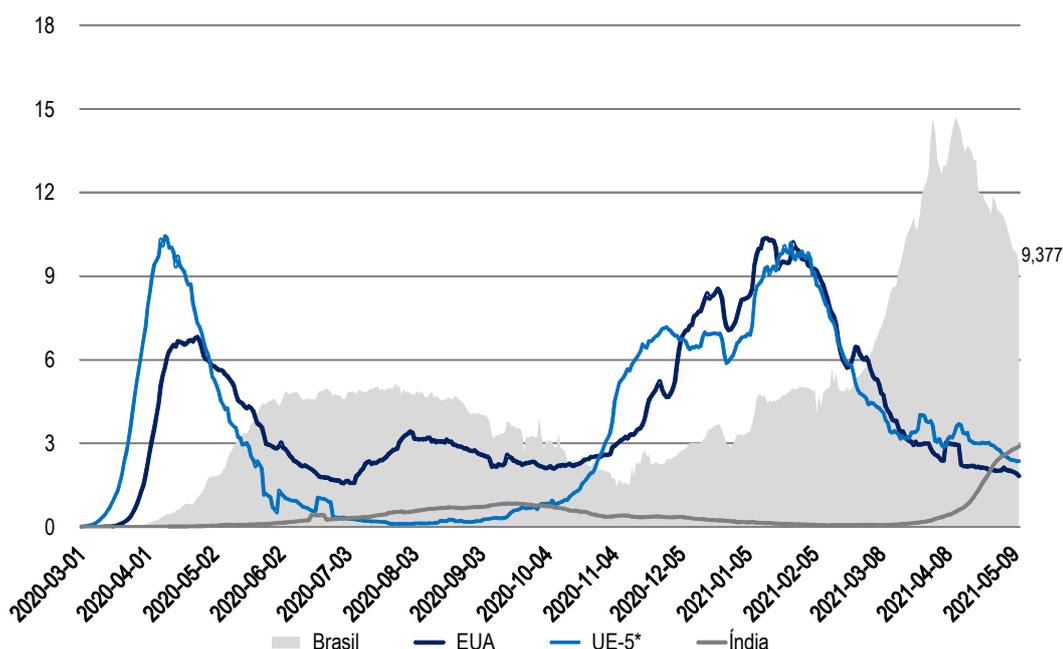
A segunda onda chegou muito forte na Europa, com taxas superiores a 300 novos casos diários por milhão de habitantes em 34 de 49 países. As nações mais populosas tiveram índices extremamente elevados por muitos dias e voltaram a adotar medidas de restrição e distanciamento. Esse foi o caso da França que atingiu 841 novos casos diários por milhão de habitantes, Polônia (677 novos casos diários por milhão de habitantes), Itália (580 novos casos diários por milhão de habitantes), Espanha (452 novos casos diários por milhão de habitantes), Reino Unido (373 novos casos diários por milhão de habitantes) e Alemanha (225 novos casos diários por milhão de habitantes).

No Brasil, observou-se um aumento sistemático da média móvel de 7 dias de novos casos por milhão de habitantes desde o início de novembro de 2020. Na segunda semana de dezembro, a taxa de incidência retomou os patamares observados em julho do ano passado, ultrapassando a marca de 200 novos casos por milhão de habitantes por dia. A maior taxa registrada no país foi

observada ao final de março de 2021, com 363 novos casos por milhão de habitantes por dia. Isso foi reflexo da movimentação social ocorrida entre as festas de fim de ano e o carnaval. Como ilustra o gráfico, a taxa de mortalidade pelo novo coronavírus explodiu no Brasil de fevereiro em diante, superando em quatro vezes os patamares dos Estados Unidos, União Europeia e mesmo da Índia, um país em desenvolvimento que vem sendo severamente castigado pela pandemia.

Esse quadro sinaliza que a pandemia perdurará ao longo de 2021 e que potencialmente trará impactos econômicos maiores e mais prolongados que aqueles decorrentes exclusivamente do isolamento social descoordenado que foi adotado em 2020. Novamente o mundo se encontra numa situação em que é impossível abrir livremente todas as atividades, pois o grau elevado de circulação do vírus coloca em risco sistemático a saúde da população. Os processos do tipo “abre e fecha” determinados por condições locais e momentâneas estão ocorrendo em todo o mundo. Seus efeitos econômicos são ruins e a eficácia no combate à

G1. Novos casos diários de covid-19 por milhão de habitantes



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

doença tem sido menor. As novas variantes preocupam, por terem aumentado o ritmo de propagação do vírus.

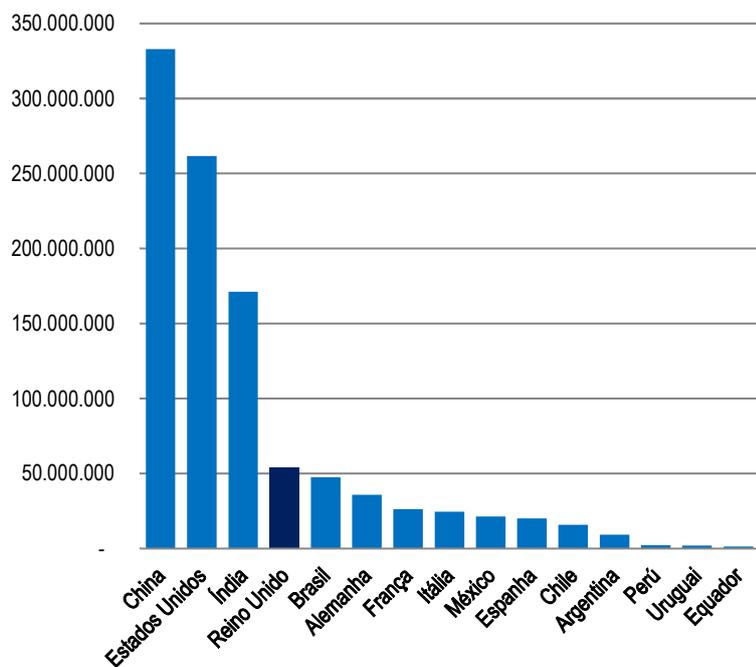
Isso eleva sobremaneira a importância da vacinação em massa para o retorno à normalidade das atividades econômicas e sociais. Vários países iniciaram o processo de vacinação ainda em dezembro de 2020 ou no mês de janeiro de 2021. Passados quase 131 dias da virada do ano, os países que mais vacinaram estão colhendo os efeitos positivos, com a quebra das cadeias de contágio e redução forte do número de mortes. Isso indica que a vacinação tem sido bastante eficaz em todo o mundo e que os países e locais onde a vacinação não for extensa a epidemia deve perdurar por mais tempo.

Nesse cenário, o Brasil se encontra em situação intermediária em 11 de maio de 2021. Em termos absolutos, o país já aplicou 47,4 milhões de doses, ocupando a quinta colocação mundial com 3,8% do volume de vacinas aplicadas no mundo. Acima do Brasil figuravam apenas China, Estados Unidos, Índia e Reino Unido. Contudo, China, Índia e Brasil, devido aos enormes contingentes demográficos ainda tem cobertura relativamente baixa. Dos países grandes, apenas Estados Unidos conseguiu uma marca satisfatória até o momento, com um número de vacinas aplicadas que corresponde a 78% da população.

Impactos econômicos no mundo

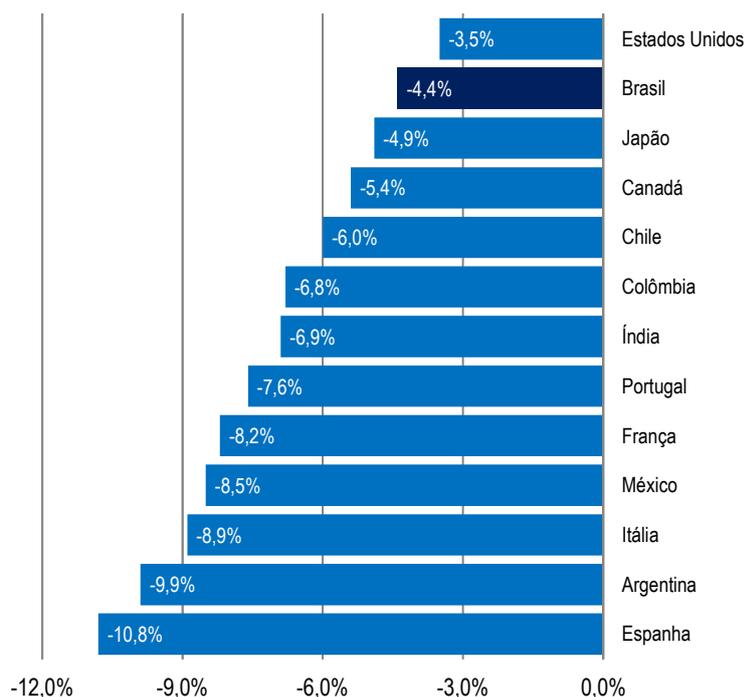
Como dito nas três últimas edições do Boletim de Conjuntura da CNS, a evolução da economia dependeria fortemente de medidas para mitigar os efeitos decorrentes da conjuntura sanitária atual. O Brasil avançou nesse sentido, ainda que de maneira limitada pelas próprias restrições fiscais do país. Isso acabou comprometendo o poder de mitigação da crise econômica decorrente da pandemia. Segundo estimativas feitas para o especial

G.2 Número de vacinas aplicadas em 11 de maio de 2021



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

G3. PIB, taxa de variação no ano



Fonte: OECD Stat e IBGE.

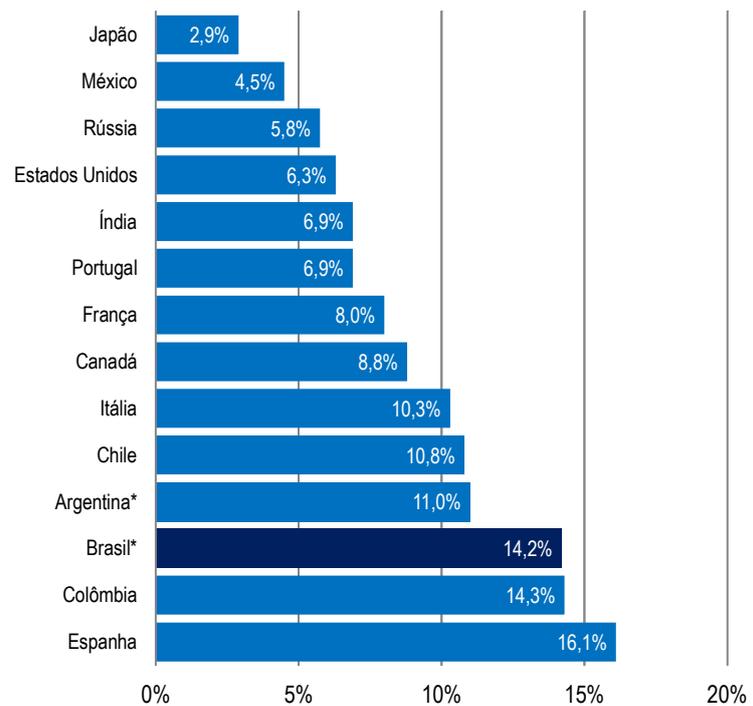
sobre a pandemia, que levavam em consideração que as restrições à mobilidade (quarentena, confinamento) prevaleceriam por 60 a 90 dias ao longo de 2020, previu-se uma queda de PIB de 5,7% em 2020. Se as medidas de política econômica fossem adotadas de forma rápida e efetiva, e se o ritmo de contaminação do coronavírus tivesse sido contido, o PIB declinaria apenas 3,6%, com retração da renda per capita de 4,4%.

Como essas condições não foram plenamente satisfeitas, principalmente pela falta de apoio às micro e pequenas empresas, o desempenho da economia em 2020 se distanciou do cenário relativamente bom com 3,6% de queda do PIB. Os dados de evolução do PIB brasileiro ajustado à paridade do poder de compra indica uma retração de 4,4% em 2020, com redução do consumo das famílias de 5,8%.

Ainda assim, quando comparado às perdas observadas em outros países, o desempenho forte do agronegócio e da produção da indústria extrativa mineral brasileira garantiu um resultado do PIB relativamente bom no contexto de crise mundial severa. Países com elevada participação do turismo na formação do PIB tiveram impactos muito mais severos, como foi o caso da Espanha (10,8%), México (8,5%), França (8,2%), Itália (8,9%) e Portugal (7,6%), por exemplo.

Além disso, outro fator que explica o desempenho relativamente pior de alguns países foi o corte nos investimentos decorrente da paralisação de obras na construção civil. Na Itália, França, Reino Unido e Espanha, os investimentos caíram entre 8,5% e 11,5% no acumulado de 2020. No Brasil, essa retração foi bem menor (-0,6%). Nos Estados Unidos e Japão, outros dois países com resultados relativamente melhores até o momento, as quedas nos investimentos foram de 0,8% e 4,2%, respectivamente.

G.4 Taxa de desemprego aberto em fevereiro de 2021



Fonte: OECD Stat e IBGE. (*) dado referente a janeiro.

Além do comportamento do investimento, que afeta severamente a demanda agregada, houve um número recorde de encerramentos de atividade econômica em todo o mundo e uma expansão considerável do desemprego. O Brasil, em razão do desempenho exportador, teve uma queda de PIB menor que a maioria dos países, mas o ajuste sobre o desemprego foi elevado. A taxa de desemprego calculada pelo IBGE passou de 11,2% em janeiro de 2020 para 14,2% em setembro de 2020, indicando o acréscimo de 3 pontos percentuais em 12 meses de crise. Esse fato deve retardar a recuperação pelo efeito que essa condição tem sobre o consumo das famílias, uma componente que responde por quase 2/3 do PIB brasileiro.

Desempenho do PIB

Em 2020, o PIB brasileiro observou retração de 4,1% na comparação com 2019. O resultado reflete

os impactos diretos e indiretos da pandemia sobre as atividades econômicas. Contudo, a retração foi ligeiramente menor que a esperada no início deste ano. O resultado deveu-se aos bons desempenhos da indústria extrativa, cujo PIB cresceu 1,3% em termos reais, e da agropecuária, com avanço de 2,0%. Os dois setores refletem o comportamento das exportações as quais foram favorecidas com a desvalorização cambial. A contrapartida disso foi o encarecimento desses produtos no mercado interno de alimentos e bens minerais. Com o aumento do endividamento do estado, das famílias e das empresas, o PIB dos serviços financeiros cresceu 4,0% em termos reais no ano.

Entre os setores de atividade econômica que mais perderam estão, a construção, os serviços privados não financeiros, os serviços públicos e a indústria de transformação com quedas do PIB superiores à média. Os serviços privados não financeiros tiveram retração de PIB de 6,2%, com impactos mais severos nos segmentos de serviços prestados às famílias (retração de 12,2%) e empresas de transportes (queda de 9,2%). O PIB dos serviços de informação manteve-se estável, sustentado pela expansão da atividade de Tecnologia da Informação, e o PIB dos serviços imobiliário apresentou expansão em razão do aumento dos alugueis.

A formação bruta de capital fixo apresentou queda de 0,8% em 2020. O consumo das famílias caiu 5,5% em razão das políticas de distanciamento social, que contiveram as despesas com serviços, e da própria recessão, que provocou a perda de renda das

T.1 PIB por setor de atividade, R\$ Bilhões*

Setores de atividade	R\$ bilhões*		var. (%)
	2019	2020	
Agropecuária	431,388	439,838	2,0%
Extrativa Mineral	183,187	185,580	1,3%
Indústria de Transformação	760,117	727,648	-4,3%
Construção	228,514	212,463	-7,0%
Comércio	901,609	874,033	-3,1%
Financeiro	434,790	452,148	4,0%
Serviços públicos	1.209,182	1.152,591	-4,7%
Serviços privados não financeiros	2.555,081	2.396,462	-6,2%
PIB a custo de fatores	6.703,867	6.440,763	-3,9%

T.2 PIB dos serviços, R\$ Bilhões*

Abertura de serviços	R\$ bilhões*		var. (%)
	2019	2020	
Energia, saneamento e gás	189,563	188,864	-0,4%
Transportes e logística	305,944	277,673	-9,2%
Serviços de informação	225,208	224,727	-0,2%
Prestados às famílias e empresas	1.189,999	1.044,592	-12,2%
Serviços imobiliários	644,367	660,606	2,5%
Total	2.555,081	2.396,462	-6,2%

T.3 Demanda agregada, R\$ Bilhões*

Componentes de demanda	R\$ bilhões*		var. (%)
	2019	2020	
Consumo	4.940,382	4.670,910	-5,5%
Gastos do governo	1.601,221	1.526,283	-4,7%
Investimento	1.223,014	1.147,333	-6,2%
Formação Bruta de Capital Fixo	1.233,312	1.223,733	-0,8%
Variação de estoques	-10,298	-76,401	641,9%
Exportação	1.278,977	1.256,517	-1,8%
Importação	1.280,634	1.153,185	-10,0%
PIB a preços de mercado	7.762,961	7.447,858	-4,1%

Fonte: IBGE. (*) Valores a preços de 2020.

famílias. As importações foram negativamente afetadas pela perda de renda e pela desvalorização cambial acentuada. A arrecadação de impostos caiu mais que os gastos do governo, com reflexos severos sobre a situação fiscal.

Déficit externo de serviços se reduz

A balança das transações de mercadorias do Brasil com o resto do mundo alcançou saldo negativo de USD 3,6 bilhões no acumulado do primeiro bimestre de 2021. Nessa comparação, as exportações cresceram 1,1% em moeda estrangeira e as importações caíram 3,2%. Apesar de o saldo da balança comercial ser negativo, esse número indica uma redução de 32,2% em relação ao saldo obtido no primeiro bimestre de 2020, quando se acumulou um déficit de R\$ 5,355 bilhões.

A balança de serviços continuou deficitária em 2021, mas com um balanço melhor que o de 2020. No acumulado de janeiro a fevereiro deste ano, o déficit da balança de serviços foi de USD 2,289 bilhões. Esse montante foi inferior aos USD 4,631 bilhões de déficit registrados no primeiro bimestre do ano anterior.

Houve redução de 29,7% das despesas dos brasileiros com serviços prestados no exterior e retração de 13,5% das receitas com exportações de serviços prestados a estrangeiros. Os itens que mais contribuíram para a redução das despesas dos brasileiros no exterior foram os gastos com viagens internacionais, cuja redução foi de 76,4%, e as despesas com transportes, com queda de 22,1%.

Déficit fiscal recorde

A crise econômica, o auxílio do governo federal aos demais entes federativos e o

T.4 Balança de serviços, USD Milhões, acumulado do ano até fevereiro

Contas	USD Milhões		var. (%)
	2020	2021	
Transportes	-869,02	-507,16	-41,6%
Receitas	794,26	788,11	-0,8%
Despesas	1.663,28	1.295,27	-22,1%
Viagens	-1.166,76	-67,59	-94,2%
Receitas	1.152,59	480,02	-58,4%
Despesas	2.319,35	547,61	-76,4%
Seguros e serviços financeiros	12,30	108,02	778,2%
Receitas	339,43	442,01	30,2%
Despesas	327,13	333,99	2,1%
Serviços prestados a empresas ¹	-2.713,18	-1.979,03	-27,1%
Receitas	3.256,04	3.062,77	-5,9%
Despesas	5.969,22	5.041,79	-15,5%
Serviços governamentais	-83,67	-90,25	7,9%
Receitas	93,29	76,43	-18,1%
Despesas	176,96	166,69	-5,8%
Ourtos serviços ²	189,03	247,25	30,8%
Receitas	325,71	306,73	-5,8%
Despesas	136,68	59,48	-56,5%
Total	-4.631,30	-2.288,75	-50,6%
Receitas	5.961,32	5.156,07	-13,5%
Despesas	10.592,62	7.444,83	-29,7%

Fonte: BACEN. (1) Royalties e aluguel de equipamentos (2) Serviços culturais, pessoais e recreativos e demais serviços.

apoio direto à população, embora insuficientes para conter a recessão, pressionaram de forma intensa o resultado fiscal do governo federal. O resultado primário do Governo Central acumulava em 12 meses um déficit de cerca de R\$ 92 bilhões no mês de fevereiro de 2020 (valores a preços de fevereiro de 2021). Três meses depois, o resultado primário do Governo Central era de

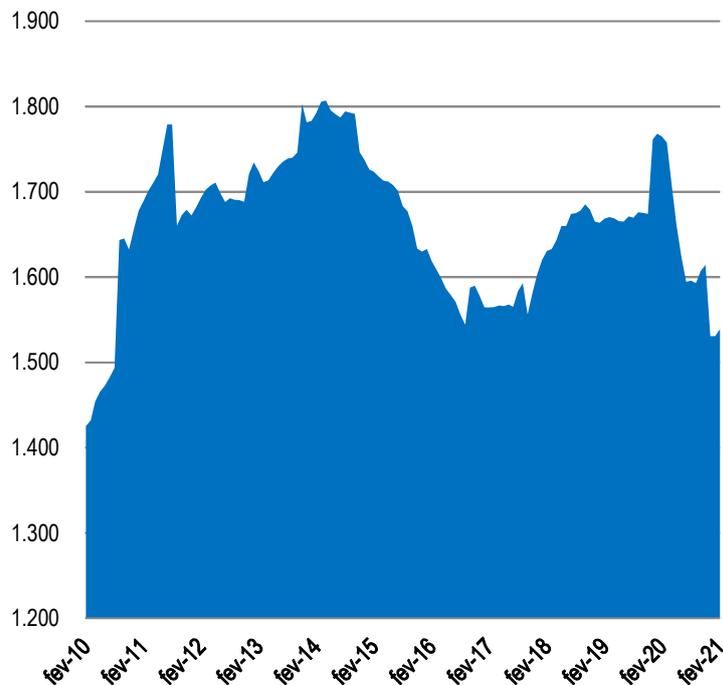
um déficit acumulado em 12 meses de aproximadamente R\$ 316 bilhões, indicando um acréscimo de mais R\$ 224 bilhões em três meses de crise. Em outubro último, o resultado primário do governo já alcançava a cifra de R\$ 752 bilhões, o equivalente a 10% do PIB brasileiro de 2019! Transcorridos mais 4 meses, em fevereiro de 2021, o déficit acumulado durante 1 ano de crise chegou a R\$ 781 bilhões, um saldo negativo de quase R\$ 3 mil por brasileiro.

Esse quadro resulta de uma evolução bastante desfavorável das receitas em razão da queda na atividade econômica e da postergação de arrecadação propiciada pelo próprio governo em seu plano de emergência para a economia. As receitas totais do Governo Central obtidas entre março de 2020 e fevereiro de 2021 caíram 12,8% em relação a igual período do ano anterior. As receitas do PIS e Cofins caíram 7,9% em termos reais e a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) foi reduzida em 5,4%. O imposto de renda também arrecadou menos, com queda de 6,3%.

Em igual comparação, houve aumento real de 31,5% das despesas totais. As despesas do RGPS aumentaram 2,5%, elevando o déficit acumulado em 12 meses de R\$ 233,7 bilhões em fevereiro de 2020 para R\$ 274,6 bilhões em fevereiro de 2021. Em parte por conta do auxílio emergencial, o item “outras despesas obrigatórias do governo federal” cresceu 269% no acumulado de 12 meses até fevereiro de 2021. Para compensar parte do aumento das despesas obrigatórias, o governo reduziu as despesas discricionárias em 24,2%.

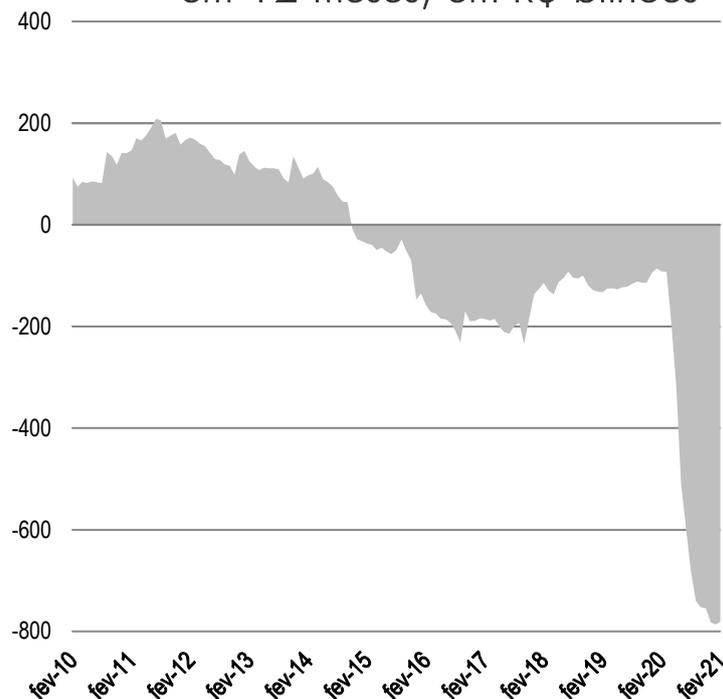
Nesse contexto, o andamento das reformas fiscal e administrativa são fundamentais para garantir o equilíbrio a longo prazo da economia. A simplificação do sistema tributário e a desoneração da folha de pagamentos, uma

G.5 Arrecadação tributária federal em R\$ bilhões*, acumulada em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE. (*) a preços de fevereiro de 2021.

G.6 Resultado primário acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões*



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. (*) a preços de fevereiro de 2021.

proposta da CNS defendida há mais de 20 anos, trariam maior estabilidade às receitas do governo federal e incentivariam a criação de empregos, com efeitos positivos sobre o crescimento econômico e, por consequência, sobre a arrecadação de impostos.

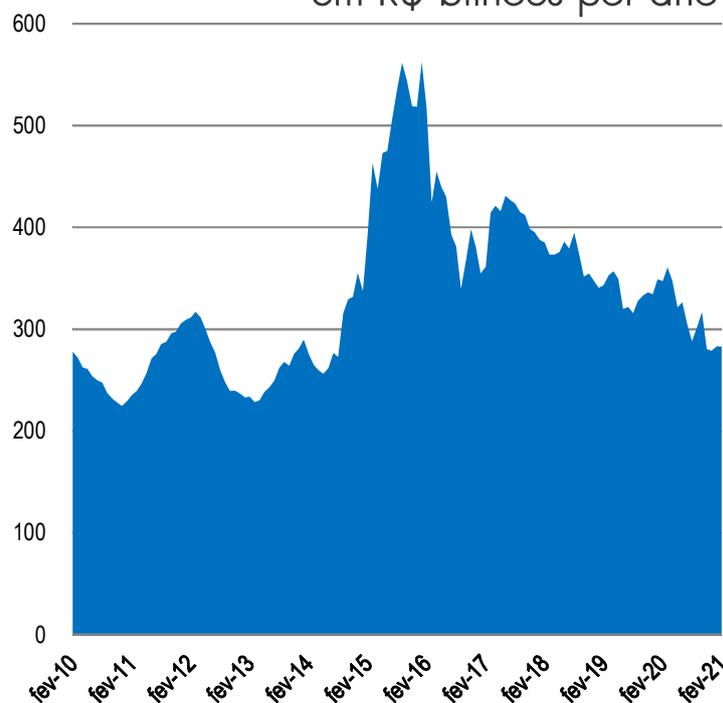
Inflação volta a preocupar

Os preços de alimentação e saúde aceleraram a taxa de inflação em 2020 e início de 2021, contrapondo uma tendência quase uniforme de contenção dos demais bens e serviços. Os preços dos alimentos cresceram 14,6% no acumulado de 2021 até março, influenciados principalmente pela evolução da alimentação no domicílio, cujos preços aumentaram 18,7% nessa comparação temporal. As despesas com alimentação fora do domicílio cresceram apenas 5,0% no acumulado de 2021 até março.

O fator mais preocupante continua sendo a evolução das despesas com alimentação e bebidas. Entre março de 2021 e março de 2020, os preços da alimentação no domicílio aumentaram 17,6%. Nos últimos 12 meses, os cereais, leguminosas e oleaginosas tiveram aumento de 53,8%, as frutas ficaram 23,7% mais caras e as carnes sofreram aumento de 31,0%. Também foi elevada a pressão nos preços de leite e derivados, com aumento acumulado de 14,0% entre março de 2021 e março de 2020. Para a população mais pobre, esses aumentos têm um impacto muito forte no orçamento domiciliar.

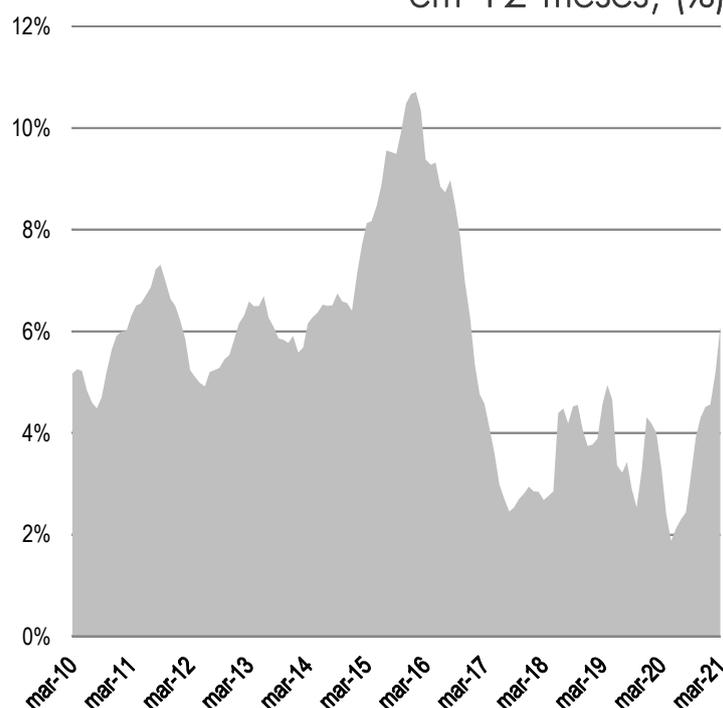
O IGP-DI registrou aceleração intensa da inflação. Entre março de 2020 e março de 2021, o IGP-DI sofreu variação acumulada de 30,6%. Essa dinâmica pressionou o mercado imobiliário que tem boa parte dos reajustes de aluguéis atrelados ao índice. Mas com o desaquecimento econômico e o aumento da vacância de imóveis comerciais e residenciais causados pela crise, proprietários e inquilinos

G.7 Custo da dívida pública federal em R\$ bilhões por ano



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. (*) a preços de fevereiro de 2021.

G.8 Taxa de variação do IPCA em 12 meses, (%)



Fonte: IBGE.

acordaram reajustes bem menores. Em igual comparação, os alugueis residenciais sofreram reajustes de apenas 3,1%, um décimo apenas do determinado em contrato pela variação do IGP-DI.

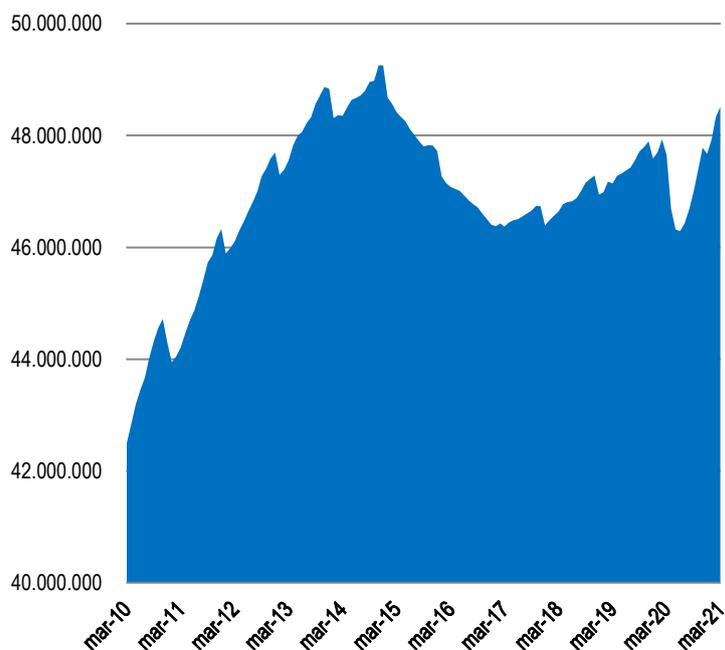
O Índice de Preços ao Produtor (IPP) do IBGE acumulou variação de 25,9% no primeiro bimestre de 2021 contra igual período do ano passado e de 28,6% na comparação entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2020. Os produtos da indústria de transformação registraram variação acumulada em 12 meses de 25,5% nessa comparação e os preços da indústria extrativa mineral cresceram 87,6% influenciados pela dinâmica do câmbio. Essa evolução preocupa porque ela foi acompanhada de escassez de produtos em várias cadeias produtivas, o que indica que a propagação dessa inflação deve afetar a economia ainda por alguns meses.

Emprego volta a crescer

O emprego com carteira assinada caiu de forma acentuada até junho de 2020 em razão da crise econômica. Entre fevereiro e junho de 2020, houve o encerramento de 1,631 milhão de postos de trabalho com carteira assinada. Após esse movimento rápido e drástico, contudo, o emprego vem se recuperando, com a reabertura de postos de trabalho. De junho a novembro de 2020, a retomada das atividades e o relaxamento das medidas de afastamento social possibilitaram a recuperação de postos de trabalho. Em novembro o mercado de trabalho já havia recuperado os níveis pré-crise e na média dos três primeiros meses de 2021, o número de pessoas ocupadas com carteira estava 1,0% acima do registrado em igual período de 2020.

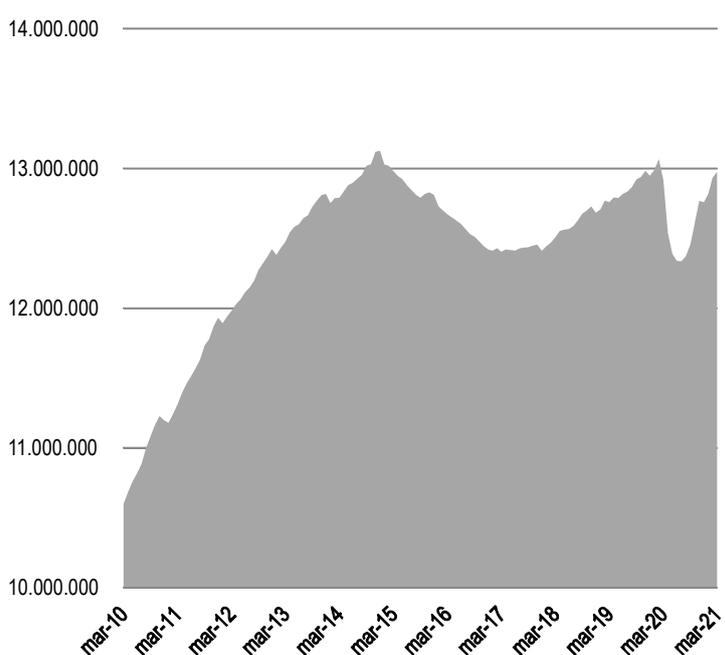
Na comparação entre os três primeiros meses de 2021 e igual período de 2020, o

G.9 Emprego com carteira assinada no total da economia



Fonte: CNS

G.10 Emprego com carteira assinada nos serviços privados não financeiros



Fonte: CNS

número de pessoas com carteira assinada cresceu, com a abertura de 495 mil postos de trabalho. Ainda assim, o segmento de serviços privados não financeiros foi responsável pelo fechamento de 81 mil postos de trabalho nessa comparação. O comércio já registrou a abertura de 131 mil postos de trabalho e a indústria de transformação já ampliou as vagas em 174 mil postos.

Entre os segmentos de serviços, os serviços financeiros e de saúde foram os setores com menores impactos da pandemia sobre o emprego. O maior impacto da crise ocorreu nos serviços prestados a famílias, cujas empresas fecharam 256 postos de trabalho entre o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021. Os serviços de transportes vêm logo em seguida, com o encerramento de 48 mil postos de trabalho nessa comparação temporal.

Ocupação e desocupação

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada do IBGE, contudo, apontam para um quadro bem mais dramático no mercado de trabalho brasileiro como já havia sido observado na última edição do Boletim de Conjuntura da CNS. Entre fevereiro de 2021 e igual período de 2020, o número de pessoas ocupadas na economia brasileira reduziu-se em 7,811 milhões, o que equivale a uma redução de 8,3%. Isso indica que as perdas de emprego foram mais intensas nas atividades informais da economia, tais como o comércio ambulante, autoconstrução, bares e serviços pessoais.

Entre os setores de atividade econômica, destacaram-se negativamente o comércio, com o fechamento de 1,984 milhão de ocupações, os serviços domésticos, com perdas de 1,287 milhão de postos, o setor de alojamento e alimentação, com retração de 1,536 milhão de pessoas ocupadas, a indústria geral, com perdas de 1,319 milhão de ocupações.

Segundo a mesma pesquisa, a taxa de desemprego aberto passou de 11,6% da população economicamente ativa no trimestre entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 para 14,4% da PEA no trimestre entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021. O fato de haver quase 3% a mais da PEA desempregada vem comprometendo a capacidade de a economia recuperar o consumo.

Faturamento no setor de serviços

No acumulado do ano até março de 2021, o faturamento real dos serviços acumulou pequena queda de 0,2% com relação a igual período de 2020. Na comparação entre março de 2021 e março de 2020, contudo, o índice já apresenta crescimento positivo de 6,1%. Para esse resultado acumulado em 2021 pesaram os desempenhos favoráveis dos segmentos de informação e comunicação e dos outros serviços. Esses dois segmentos compensaram as perdas catastróficas no segmento de serviços prestados às famílias (queda de 23,3%).

Os serviços de tecnologia da informação apresentaram expansão das vendas reais de 17,1% no acumulado do ano até março de 2021. Esse fato resulta das respostas do comércio e dos serviços de alimentação às políticas de distanciamento social: as empresas passaram a adotar mais tecnologia de informação nos seus processos de vendas e na logística de distribuição para preservar as atividades durante a pandemia. Esse fato é corroborado pela evolução das vendas do segmento de armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio, que cresceu 9,6% em igual comparação. De outro lado, o home office incrementou a compra de computadores pessoais e o licenciamento de softwares.

Em termos regionais, os estados do Nordeste apresentaram desempenhos piores, com fortes retrações do faturamento em termos reais no

acumulado do ano até março de 2021 em Alagoas (-8,0%), Bahia (-9,8%), Rio Grande do Norte (-8,7%), Piauí (-6,2%), Pernambuco (-8,5%) e Sergipe (-8,2%).

Na região Sul, as quedas superaram 4% em dois estados: Paraná e Rio Grande do Sul. No Centro-Oeste, o pior desempenho foi o do Distrito Federal (-7,5%).

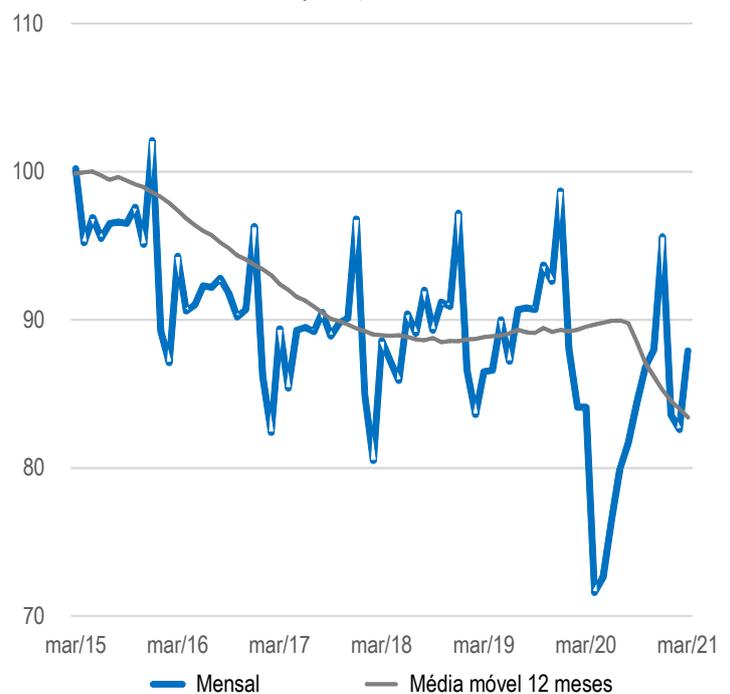
No Sudeste, as quedas também foram relativamente menores e há estados com ganhos. O faturamento real dos serviços privados não financeiros no estado de São Paulo apresentou retração acumulada em 2021 de apenas 0,5%. No Rio de Janeiro, o mercado caiu 3,0% no acumulado de 2021. Minas Gerais já apresenta crescimento de 6,8% no acumulado do ano até março.

Cenário para 2021

Para 2021, o cenário econômico continua bastante complexo. Além das incertezas quanto à evolução da pandemia, os três principais pontos negativos são a inflação em alta, a taxa de desemprego elevado e o desajuste fiscal. Inflação com desemprego tem como consequência a limitação do poder de compra da população, restringindo o potencial de expansão do consumo das famílias. Vale lembrar que essa componente da demanda responde por quase 2/3 do PIB brasileiro: se ela não crescer, o PIB não expande. Além da renda insuficiente, a elevação da incidência do coronavírus no final de 2020 e início de 2021 contribuiu de forma drástica para limitar o movimento de turismo durante o verão e poderá causar novo revés ao setor de serviços prestados às famílias ao longo de 2021.

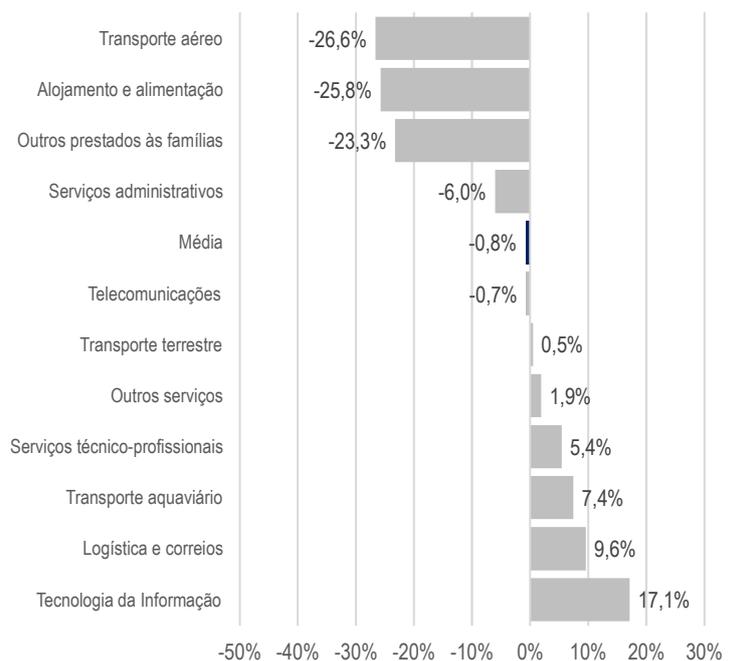
De outro lado, o desajuste fiscal deve limitar sobremaneira a capacidade do governo de manter o auxílio emergencial no montante observado em 2020, o que deverá ter efeitos

G.12 Evolução do faturamento nos serviços, índice 2014=100



Fonte: IBGE.

G.13 Faturamento nos serviços, % acumulada em 2021*, por segmento



Fonte: IBGE. (*) Até março

negativos sobre o consumo das famílias. Além desse efeito, o desajuste das contas do governo limita ao mesmo tempo o crescimento das despesas do governo, que respondem por outra parte expressiva do PIB brasileiro (20%, aproximadamente), e a recuperação da formação bruta de capital fixo (15% do PIB brasileiro), a qual depende de recursos públicos para obras. As privatizações e concessões na área de infraestrutura andam a passos lentos, com exceção do setor de saneamento.

Assim, o crescimento poderá vir apenas do desempenho exportador e da redução de importações. Estatisticamente, a extensão desse impacto é relativamente pequena, porque as exportações têm peso inferior a 15% do PIB e as importações, que já caíram 10,0% em 2020, devem voltar a crescer devido ao alto grau de dependência do país na compra de bens industriais para suprimento das cadeias produtivas e da recuperação econômica.

Há questões políticas internas que limitam as possibilidades de uma concertação mais ampla para um avanço econômico rápido e sustentado. Como dito em edições anteriores do Boletim Conjuntural da CNS, um cenário de maior crescimento econômico e inflação relativamente reduzida, com redução gradativa do desemprego, contribuiria para um cenário político também positivo no início do atual governo, o que pesaria a

favor da estabilidade econômica no longo prazo.

Essa perspectiva mais equilibrada da economia, que se refletiu no grau de otimismo do mercado e propiciou uma valorização dos ativos em bolsa ao final de 2018 e no início de 2019, não perdurou ao longo de 2019 e se deteriorou em 2020. O andamento do binômio crescimento-inflação foi extremamente ruim, principalmente para a classe média e a população mais pobre, e a sequência de crises políticas ocorridas desde o início da atual gestão, com dificuldades de articulação entre o executivo e o legislativo e a descontinuidade de políticas públicas, obstruiu a concretização de um cenário político estável. Isso acentuou as incertezas e provocou flutuações fortes nas expectativas, com reflexos sobre o nível de confiança de investidores e consumidores. Nesse ambiente, os investimentos, exceto os imobiliários, não terão espaço para recuperação expressiva no curto prazo.

Essas condições apontam para uma expansão de apenas 3,0% do PIB em 2021. Nesse contexto, o consumo das famílias deve crescer apenas 2,4% em termos reais, em razão do elevado desemprego e do aumento da inflação nos preços de alimentos, saúde e energia. Os serviços privados não financeiros, em razão do baixo consumo e da evolução lenta da renda devem ter expansão entre 4,0% e 4,5%, recuperando apenas uma parte das perdas verificadas em 2020.